

NOTA PÚBLICA

O Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE) – composto por 40 entidades nacionais do campo educacional, reunido em Plenária Nacional no dia 18 de setembro, **ratifica** sua **Nota Pública** de maio deste ano, seu **Manifesto em Defesa da Democracia, da Vida e da Educação** e as deliberações da **Conape 2018**, todas estas referências de nossas lutas, fundamentais para fortalecer o processo de resistência Rumo à Conape 2022.

O FNPE manifesta indignação em relação à postura negligente e excludente do governo Bolsonaro e ao imobilismo do MEC que tem deixado, de forma criminosa, os sistemas de ensino e as redes públicas e o setor privado à deriva, em momento de pandemia do *Covid 19*, ainda não controlada. Após debate qualificado, nós, membros do FNPE, declaramos posição contrária à retomada das atividades educativas presenciais no ano de 2020, pelo elevado risco à vida e à saúde de profissionais da educação e demais trabalhadores em educação, de estudantes e suas famílias.

Ressaltamos ainda, que, com base nos documentos produzidos pela comunidade científica, consideramos equivocada a retomada das atividades educativas presenciais, no atual momento, por não contarmos com a garantia de um conjunto de condições e dimensões, intra e extraescolares, pedagógicas, de segurança e de efetivação de protocolos sanitários consistentes, elementos fundamentais para o retorno. A postura negacionista do governo federal frente à pandemia e seus efeitos na vida da população demonstra sua opção por uma necropolítica genocida, que agora ensaia atingir de forma aguda as comunidades escolares em todo o país.

Denunciamos, ainda, a ausência de coordenação nacional, por parte do Governo Federal, no enfrentamento à pandemia por meio de políticas e ações intersetoriais que aliem as áreas da educação, saúde, justiça e assistência social, tratando de modo urgente e decidido a superação das desigualdades. Além disso, é urgente a criação de uma agenda que enfrente as múltiplas violências, intensificadas na situação de pandemia, contra a infância, as mulheres, a população afrodescendente, indígenas, lgbtq's e a população mais empobrecida, privada de direitos essenciais. Ações em favor das pessoas com deficiência e contra o racismo (que tem levado ao encarceramento e dizimação da população negra, sobretudo a juventude), a dizimação da população indígena, o feminicídio e o machismo e o patriarcado, em todas as suas formas, são urgentes e necessárias.

Nesse sentido defendemos:

- A luta contra o obscurantismo e a importância da valorização da ciência, do pensamento científico, das e dos cientistas, das e dos profissionais da saúde e do SUS;
- A defesa da autonomia das instituições educativas de educação básica e superior e a garantia de suas condições efetivas de funcionamento com qualidade social para todes/as/os;
- O atendimento às condições seguras, dignas e salubres das/dos trabalhadores/as e das/os profissionais da educação;
- Projetos e financiamentos aliando Centros de Pesquisa, Universidades e Institutos Federais, e redes de educação básica para planejar com responsabilidade e políticas intersetoriais o

retorno presencial, quando recomendado pela comunidade científica, observando o atendimento rigoroso de protocolos exigíveis e possíveis a todos, todas e todos;

- O atendimento específico de assistência social e psicológica às comunidades das instituições de educação básica e superior;
- O estabelecimento por parte do governo federal, dos estados, DF e municípios, de políticas intersetoriais articuladas, estratégias, projetos e ações voltadas para a adequação dos espaços e equipamentos escolares, bem como, sua publicização, em mídias de ampla circulação;
- Melhor estruturação do ensino remoto emergencial (para manutenção de vínculos educativos), contanto que seja feito de modo a atingir e atender todas e todos, professores e estudantes, bem como a destinação de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), com efetivo controle social, para garantir plataforma pública e internet de alta velocidade para todas as instituições de educação básica e superior públicas do país, com garantia de acesso gratuito aos profissionais da educação e estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, e com foco na valorização da vida, da saúde, dos direitos, inclusive ao luto e não ao reducionismo expresso na mera aferição de conteúdos e cômputo de carga horária;
- O combate à mercantilização do ensino e o enfrentamento e denúncia das jornadas de trabalho remoto exaustivas a que estão submetidos as e os professores — atrelada a ameaças de reduções salariais e de demissão —, bem como da pressão que têm sofrido pela volta às aulas, marcadamente, nas escolas e IES particulares, mais preocupadas com o pagamento das mensalidades, sem que haja condições mínimas de segurança e sem que a pandemia da Covid-19 esteja controlada
- A revisão do calendário letivo de 2020 constituindo ciclos de retomada de 2 ou 3 anos;
- O adiamento do ENEM e das avaliações em larga escala;
- Assegurar orçamento para a educação pública nacional, incluindo, entre outros, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e dos Cursos em Licenciaturas de Educação do Campo;
- A implementação de políticas públicas, com destinação de financiamento adequado para o combate aos incêndios e preservação das florestas e dos Biomas do Brasil.
- A garantia da autonomia universitária e o reconhecimento do resultado dos processos internos de consulta sobre escolha de dirigentes, em respeito à democracia interna das instituições.

Em defesa da vida, da democracia e da educação! Rumo à Conape 2022!

FÓRUM NACIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO